



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA  
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA E RECEITA EXTRATRIBUTÁRIA

Nota Técnica nº: 10/2023 - ECONOMIA/GDPR-05540

**Assunto: Solicitação de informações para atualização Programa de Recuperação Fiscal (PRF) de Goiás**

Esta Nota Técnica tem por finalidade atender à solicitação contida no DESPACHO Nº 384/2023/ECONOMIA/AEMFPF-20177 (51422228) e substituir a Nota Técnica nº 7/2023, tendo em vista que o 'Cenário com Medidas de Ajuste' - Cenário II recebeu uma nova medida de ajuste: operação de crédito a ser realizada junto ao Banco Mundial - BIRD. Este acréscimo impacta nas projeções financeiras do serviço da Dívida Pública do Estado de Goiás no Plano de Recuperação Fiscal - PF e, por conseguinte, modifica, o Cenário de Equilíbrio - Cenário III.

A presente revisão considera por Cenário Linha de Base, descrito a seguir nesta nota técnica como *Cenário I*, o fluxo atual de serviço da dívida respeitando as premissas constantes do Plano de Recuperação Fiscal - PRF (original), bem como as medidas de ajuste daquele momento, contidas na Tabela nº 7, item 4.1 da Nota Técnica nº: 15/2021 - GDPR- 05540 (53017075), relativa ao processo SEI nº 202100004116515, que norteou o pedido de adesão ao RRF.

Importa destacar que, em função do inciso II do artigo 1º da Portaria STN nº 931, de 14 de julho de 2021 (53017518), as projeções do serviço apresentadas na presente nota técnica não incluem o serviço da dívida com precatórios nem o serviço com pagamento dos parcelamentos de dívidas tributárias e de outras contribuições sociais. Entretanto, há um resumo sobre *Precatórios* na seção n.º 9 desta NT.

1. **DOS PARÂMETROS/INDICADORES DOS CONTRATOS DA DÍVIDA CONSOLIDADA DO ESTADO DE GOIÁS.**

O conjunto de parâmetros/indicadores para revisão das projeções do serviço da Dívida está apresentado na Tabela nº 1 a seguir:

Tabela nº 1

Index	Disponibilidade	Finalidade	Contratos	Instituição	Site
CAM	1º dia do mês	Atualização monetária do saldo devedor	ART 9º-A (Nº 255/2021/CAF)	Tesouro Nacional	<a href="https://sahem.tesouro.gov.br/sahem/public/consultar_cam.jsf">https://sahem.tesouro.gov.br/sahem/public/consultar_cam.jsf</a>
			LEI 8727/93 - BACEN, BASA, STN		
			LEI 9496/97		
CDI	Diária	Atualização monetária para pagamento de juros.	CEF FINISA RODOVIDA ESTRUTURANTE	Banco Central do Brasil	<a href="https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores">https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores</a>
Dólar	Diária	Pagamento prestação	BID PROFISCO I BIRD 9380BR	BB ou CEF	<a href="#">2 (dois) dias úteis antes do vencimento nas mesas de câmbio das linst. Financeiras</a>
SOFR	Semestral	Apuração da parcela de juros sobre o saldo devedor	BID PROFISCO BIRD 9380BR	Federal Reserve bank of New York	<a href="https://www.newyorkfed.org/markets/reference-rates/sofr-averages-and-index">https://www.newyorkfed.org/markets/reference-rates/sofr-averages-and-index</a>
TJLP	Trimestral jan, abr, jul, out	Atualização monetária juros e saldo devedor	LEI 8.727/93 - BNDES	BNDES	<a href="https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp">https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp</a>
			BNDES PROINVEST		
			BNDESPROPAE		
			CEF SANEAMENTO FINANCEIRO CELG D		
			CEF PROINVEST		
TR	Diária	Atualização monetária juros e saldo devedor	LEI 8.727/93 - CEF	Banco Central do Brasil	<a href="https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarValores/telaCvsSelecionarSeries.pai">https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarValores/telaCvsSelecionarSeries.pai</a>

Observações:

1. Coeficiente de Atualização Monetária - CAM foi projetado a partir das previsões do IPCA e da SELIC contidos no Boletim Focus do BACEN publicado em 18/09/2023 (<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>);
2. As projeções futuras da TJLP foram obtidas a partir da página do Itaú BBA (<https://www.itaubba-pt/analises-economicas/projecoes>).
3. A cotação do câmbio para os contratos de dívida externa (BID PROFISCO e BIRD REESTRUTURAÇÃO) é a contida no Boletim Focus do BACEN publicado em 18/09/2023 (<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>);

## 2. DOS RESSARCIMENTOS À UNIÃO A PARTIR DE 2023.

2.1. A partir de janeiro de 2023, o Estado de Goiás passou a ressarcir à União percentual do serviço dos contratos por ela administrados, bem como do serviço da dívida dos contratos por ela honrados junto ao sistema financeiro, todos inseridos no pedido de adesão ao Regime. Esses pagamentos obedecem às regras contidas nos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 159/2017:

*Art. 9º Durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, desde que assinado o contrato previsto no art. 9º-A, a União: (Redação dada pela Complementar nº 178, de 2021).*

*I - concederá redução extraordinária das prestações relativas aos contratos de dívidas administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional Ministério da Economia contratados em data anterior ao protocolo do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal de que trata o art. (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)*

*II - poderá pagar em nome do Estado, na data de seu vencimento, as prestações de operações de crédito com o sistema financeiro e instituições multilaterais, garantidas pela União, contempladas no pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal e contratadas em data anterior ao protocolo do referido pedido, sem executar as contragarantias correspondentes. (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021).*

*§ 1º O benefício previsto no inciso I será aplicado regressivamente no tempo, de tal forma que a relação entre os pagamentos do serviço dívidas estaduais e os valores originalmente devidos das prestações dessas mesmas dívidas será zero no primeiro exercício e aumentará pelo menos 11,11 (onze inteiros e onze centésimos) pontos percentuais a cada exercício financeiro. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, 2021).*

*§ 2º O benefício previsto no inciso II será aplicado regressivamente no tempo, de tal forma que a União pagará integralmente as parcelas devidas durante a vigência do Regime, mas a relação entre os valores recuperados por ela dos Estados e os valores originalmente devidos das prestações daquelas dívidas será zero no primeiro exercício e aumentará pelo menos 11,11 (onze inteiros e onze centésimos) pontos percentuais a cada exercício financeiro. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)*

2.2. A Tabela nº 2 - Percentuais de Ressarcimento à União no RRF, apresenta os percentuais de ressarcimento à União, crescentes na razão de 11,11% a cada ano em que o Estado permanecer no RRF com data limite para encerramento em 2030:

Tabela nº 2 - Percentuais de Ressarcimento à União no RRF								
% crescentes de 11,11% por ano, conforme	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
§§ 1º e 2º do Art. 9º da LC 159/17.	11,11%	22,22%	33,33%	44,44%	55,56%	66,67%	77,78%	88,89%

## 3. DOS CONTRATOS INSERIDOS NO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL – RRF:

3.1. Considerando a adesão ao RRF pelo Estado de Goiás em 24 de dezembro de 2021, a composição do serviço Dívida Pública se refere a dois grupos de contratos: os inseridos no RRF, cujo serviço está vinculado aos percentuais de ressarcimento descritos na Tabela nº 2; e, os não inseridos no RRF, cujo serviço é pago de modo integral pelo Estado de Goiás.

3.2. O Quadro nº 1 - Contratos inseridos no RRF apresenta o conjunto de contratos inseridos no RRF, os quais estão subdivididos em dois subgrupos: (i) - administrados pela União, sendo ela a própria credora (lei 8.727/1993, lei 9.496/1997 e 341/2022/CAFIN); (ii) - com garantia da União, cujos credores são as instituições financeiras nacionais (Caixa Econômica Federal - CEF e Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES). É preciso observar que o contrato nº 341/2022/CAFIN foi celebrado entre o Estado de Goiás e a União para operacionalizar o ressarcimento do “subgrupo ii” durante a vigência do RRF de acordo com os percentuais contidos na Tabela 2.

Quadro nº 1 - Contratos inseridos no RRF	
Administrados pela União	Lei nº 8.727/93
	Lei nº 9.496/97
	341/2022/CAFIN
Com Garantia da União	CEF CELG-D
	CEF CELGP
	CEF PROINVEST FINISA
	BNDES PROP
	BNDES PROINVEST

3.3. O Quadro nº 2 - Contratos não inseridos no RRF informa quais são os contratos não inseridos no RRF, cujo serviço é inteiramente pago pelo Estado de Goiás. Estão subdivididos em 'sem garantia da União' (CEF SANEAMENTO PARA TODOS, CEF RODOVIDA FINISA ESTRUTURANTE) e 'contratos de dívida externa', neste caso com garantia da União, (BID PROFISCO e BIRD 93800 BR).

Quadro nº 2 - Contratos não inseridos no RRF	
Sem Garantia da União	CEF SANEAMENTO PARA TODOS
	CEF RODOVIDA FINISA ESTRUTURANTE
Dívida Externa com Garantia da União	BID PROFISCO
	BIRD 93800 BR

3.4. Além dos contratos apresentados nos quadros 1 e 2, a carteira da Dívida do Estado de Goiás conta, também, com o contrato nº 255/2021/CAF, por meio do qual são refinanciadas as prestações dos contratos inseridos no RRF apontados no *Quadro nº 1 - Contratos inseridos no RRF*. A Tabela nº 3, demonstra os percentuais decrescentes de refinanciamento do serviço da Dívida de acordo com o parágrafo primeiro do art. 9º da Lei Complementar nº 159/2017:

**Tabela nº 3 - % de Descontos Regressivos/Refinanciamento do Serviço no RRF**

% do serviço refinanciado	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
no contrato nº 255, art. 9º-A do RRF.	88,89%	77,78%	66,67%	55,56%	44,44%	33,33%	22,22%	11,11%

#### 4. CENÁRIO I PRF - SERVIÇO DA DÍVIDA LINHA DE BASE:

4.1. Trata-se do cenário base com as medidas de ajuste contidas no PRF/2021, do fluxo de serviço dos contratos, inseridos ou não no RRF, atualizados de acordo com os parâmetros e indicadores contidos na Tabela nº 1 para o período de 2023 a 2030.

4.2. Conforme exposto no Quadro nº 1, atualmente, os contratos administrados pela União inseridos no RRF são os da lei 8.727/93, lei 9.496/97 e 341/2022/CAFIN, por meio dos quais desde janeiro/2023, o Estado tem efetuado o ressarcimento do serviço da dívida. Vale ressaltar que, os pagamentos das parcelas dos contratos com garantia da União (Quadro nº 1) ocorrem por meio do contrato nº 341/2022/CAFIN. Considerando o teor dos contratos e aplicados os percentuais constantes da Tabela nº 2, o valor dos ressarcimentos tem sido deduzido da rubrica de “juros” e, quando for superior a esta, o complemento será deduzido do “principal”.

4.3. Assim, considerando o período de 2023 a 2030, o serviço de ressarcimento previsto será da ordem de **R\$ 6,218 bilhões**, sendo **R\$ 3,977** de principal e **R\$ 2,240** de juros, conforme a Tabela nº 4:

**Tabela nº 4 - Serviço de Ressarcimento dos Contratos Inseridos no RRF - em R\$ milhões**

Ressarcimento RRF	Rubrica	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
LEI 9.496/1997	Principal	-	-	-	-	-	38,57	83,99	133,50	256,06
	Juros	28,14	60,55	95,34	132,57	172,76	177,56	178,89	179,73	1.025,54
LEI 8.727/1993	Principal	9,59	-	6,29	39,72	128,31	223,42	325,54	435,22	1.168,09
	Juros	47,63	118,83	177,49	212,40	195,95	176,97	155,21	130,37	1.214,85
341/2022/CAFIN (Garantidas)	Principal	102,13	200,23	292,43	377,98	460,04	389,29	350,81	380,85	2.553,77
	Juros	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Total por rubrica	Principal	111,72	200,23	298,72	417,70	588,35	651,28	760,34	949,58	3.977,93
	Juros	75,77	179,38	272,82	344,97	368,71	354,53	334,10	310,10	2.240,40
Ressarcimento Total		187,49	379,61	571,55	762,67	957,06	1.005,82	1.094,44	1.259,68	6.218,32

4.4. Aplicados os percentuais de refinanciamento contidos na Tabela nº 3, o montante previsto para o serviço do contrato do artigo 9º-A nº 255/2021/CAF, durante o período de vigência do RRF (2023-2030), é de **R\$ 6,445 bilhões**, dos quais **R\$ 2,434 bilhões** corresponde ao principal e **R\$ 4,011 bilhões** aos juros, expressos na Tabela nº 5:

**Tabela nº 5 - Serviço Art. 9º-A da LC 159/17, contrato nº 255/2021 - em R\$ milhões**

Art. 9º-A LC 159/2017 Contrato 255/2021/CAF	Rubrica	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
	Principal	148,99	195,16	239,32	283,04	327,39	371,44	413,52	455,33	2.434,18
	Juros	310,01	386,54	448,82	501,27	546,19	582,71	608,51	626,97	4.011,02
	Total	459,00	581,70	688,13	784,30	873,58	954,16	1.022,04	1.082,30	6.445,20

4.5. Quanto ao serviço dos contratos NÃO inseridos no RRF, Quadro nº 2, está apresentado Tabela nº 6, cujo montante previsto é de **R\$ 2,624 bilhões**. Destes, **R\$ 1,473** bilhão é de principal e **R\$ 1,151** bilhão a título de juros:

**Tabela nº 6 - Serviço dos Contratos NÃO Inseridos no RRF - em R\$ milhões**

Contratos não Inseridos no RRF:	Rubrica	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
CEF SAN. P/TODOS; CEF RODOVIDA; BID PROFISCO; BIRD	Principal	57,78	58,03	231,89	233,19	235,50	235,81	236,15	184,95	1.473,30
	Juros	195,35	190,47	169,25	152,32	136,23	119,21	101,32	87,16	1.151,31
93800 BR	Total	253,13	248,50	401,14	385,52	371,72	355,02	337,48	272,11	2.624,61

4.6. Especificamente, o grupo dos contratos não inseridos no RRF é composto por dois contratos de dívida externa, cujos credores são o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (PROFISCO nº 2906/OC-BR) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (9380 BR). Este último, celebrado em 23/09/2022, como uma das medidas de ajuste prevista no Plano de Recuperação Fiscal – PRF/2021, nos termos do inciso IV do artigo 11 da Lei Complementar nº 159/2017, que veio a liquidar o contrato de dívida com o Banco do Brasil (nº 20/00001-4) denominado de “Goiás Estruturante” em 27 de outubro de 2022, no valor total de **R\$ 2,544**

bilhões.

4.7. Portanto, considerados: (i) a atualização dos indicadores da carteira dos contratos da Dívida Pública do Estado de Goiás (Tabela nº 1); (ii) os percentuais (Tabela nº 2) que definem o serviço a ressarcir à União durante o RRF (Tabela nº 4); (iii) os percentuais de refinanciamento do serviço dos contrato inseridos no RRF (Tabela nº 3), que por consequência, geram o serviço do contrato do artigo 9º-A nº 255/2021/CAF (Tabela nº 5); (iv) os valores relativos ao serviço dos contratos fora do RRF (Tabela nº 6); obtém-se o cenário linha de base, que representa o serviço total da dívida no Regime de Recuperação Fiscal para o período de 2023-2030, que é de **R\$ 15,288 bilhões**, sendo **R\$ 7,885 bilhões** de principal e **R\$ 7,402 bilhões** de juros em conformidade com a Tabela nº 7.

Tabela nº 7 - Cenário I PRF Linha de Base - Serviço Total Previsto em R\$ milhões										
Cenário I PRF Linha de Base - Serviço da Dívida no RRF em milhões de R\$	Rubrica	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
	Principal	318,49	453,42	769,93	933,93	1.151,23	1.258,54	1.410,02	1.589,85	7.885,41
	Juros	581,13	756,39	890,89	998,56	1.051,13	1.056,46	1.043,94	1.024,23	7.402,72
	Total	899,62	1.209,81	1.660,82	1.932,49	2.202,36	2.315,00	2.453,95	2.614,08	15.288,14

## 5. CENÁRIO II PRF: SERVIÇO DA DÍVIDA COM AS NOVAS MEDIDAS DE AJUSTE.

5.1. O "cenário II", insere **três** novas medidas de ajuste no Plano de Recuperação Fiscal - PRF: (i) acréscimo de **R\$ 240,07 milhões** ao saldo devedor do contrato da Lei 9.496/1997 a partir de janeiro/2024, valor resultante do recálculo do serviço com encargos de inadimplência referente aos valores não pagos conforme estabelecido nos arts. 3º e 4º-A, ambos da Lei complementar nº 156/2016). Este valor foi estimado com base em cálculos realizados pelo Agente Financeiro Banco do Brasil; (ii) a contratação de operação de crédito externa no valor de **USD 111,03 milhões** de dólares norte-americanos, pela linha de crédito *PROFISCO III* junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; e (iii) a contratação de outra operação de crédito externa junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no montante de USD 302 milhões de dólares norte-americanos, com 50% deste montante como contrapartida financeira por parte do Estado de Goiás e os outros 50%, US\$ 152 milhões (cento e cinquenta e dois milhões de dólares americanos), como valor efetivamente a contratar e liberar na operação de crédito para execução do "Programa Goiás em Movimento Reconstrução".

5.2. Cabe ressaltar que esta operação de crédito junto ao BIRD, por ter fins de aplicação em projetos de investimento em infraestrutura de transporte, fundamentalmente, não se enquadra nas finalidades elencadas e permitidas no art. 11 da Lei Complementar nº 159/2017, razão pela qual, a nosso ver, é necessária avaliação do Conselho Superior do Regime de Recuperação Fiscal - CSRRF para que esta contratação possa ter a vedação de que trata o inciso XII do art. 8º afastada, conforme a possibilidade que consta do inciso II do parágrafo 2º do caput.

5.2.1. **A primeira medida de ajuste**, prevista no art. 4º-A, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar nº 156/2016, equivale ao acréscimo de **R\$ 240,07 milhões** ao saldo devedor do contrato da Lei 9.496/1997 a partir de janeiro/2024. Ela está condicionada à celebração de novo termo aditivo e visa substituir as penalidades pelo descumprimento do 'teto de gastos' que o Estado de Goiás está submetido nos termos do art. 4º da mesma Lei. Com a implantação desta medida de ajuste, o serviço do contrato da lei 9.496/1997 no RRF, para o período 2023-2030, passará a ser de **R\$ 1,355 bilhão** gerando um acréscimo de **R\$ 73,68 milhões**, conforme se observa nas Tabelas nos 4.1, 4.2 e 4.3 a seguir:

Tabela nº 4.1 - Ressarcimento no RRF da Lei 9.496/1997 Com "Encargos art. 4º A LC 156/2016" - em R\$ milhões										
Ressarcimento RRF: LEI 9.496 C/ recálculo art. 4º-A, I "a" LC 156	Rubrica	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
	Principal	-	-	-	-	-	40,83	88,93	141,35	271,11
	Juros	28,14	64,11	100,94	140,37	182,92	188,00	189,40	190,30	1.084,17
	Total	28,14	64,11	100,94	140,37	182,92	228,84	278,33	331,65	1.355,28

Tabela nº 4.2 - Ressarcimento no RRF da Lei 9.496/1997 S - em R\$ milhões										
Ressarcimento RRF: LEI 9.496/1997	Rubrica	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
	Principal	-	-	-	-	-	38,57	83,99	133,50	256,06
	Juros	28,14	60,55	95,34	132,57	172,76	177,56	178,89	179,73	1.025,54
	Total	28,14	60,55	95,34	132,57	172,76	216,13	262,87	313,24	1.281,61

Tabela nº 4.3 - Diferença de Ressarcimento no RRF da Lei 9.496/1997 S - em R\$ milhões										
Diferença de Ressarcimento RRF: LEI 9.496/1997	Rubrica	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
	Principal	-	-	-	-	-	2,27	4,94	7,85	15,05
	Juros	-	3,56	5,60	7,79	10,15	10,44	10,51	10,56	58,63
	Total	-	3,56	5,60	7,79	10,15	12,70	15,45	18,41	73,68

5.2.2. Como não há variação nos demais contratos, referentes à lei 8.727 e ao 341/2022/CAF, o valor total do serviço a ressarcir à União passa a ser de **R\$ 6,292 bilhões**. Dos quais, **R\$ 3,992 bilhões** são de principal e **R\$ 2,299 bilhões** são de juros, conforme se vê na Tabela 4.4 a seguir:

**Tabela nº 4.4 - Serviço de Ressarcimento dos Contratos Inseridos no RRF - em R\$ milhões**

Ressarcimento RRF	Rubrica	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
LEI 9.496/1997 Com Recálculo art. 4ª-A, la, LC 156/2016	Principal	-	-	-	-	-	40,83	88,93	141,35	271,11
	Juros	28,14	64,11	100,94	140,37	182,92	188,00	189,40	190,30	1.084,17
LEI 8.727/1993	Principal	9,59	-	6,29	39,72	128,31	223,42	325,54	435,22	1.168,09
	Juros	47,63	118,83	177,49	212,40	195,95	176,97	155,21	130,37	1.214,85
341/2022/CAFIN (Garantidas)	Principal	102,13	200,23	292,43	377,98	460,04	389,29	350,81	380,85	2.553,77
	Juros	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Total por rubrica	Principal	111,72	200,23	298,72	417,70	588,35	653,55	765,28	957,42	3.992,98
	Juros	75,77	182,94	278,43	352,77	378,86	364,97	344,61	320,67	2.299,02
Ressarcimento Total		187,49	383,17	577,15	770,47	967,21	1.018,52	1.109,89	1.278,09	6.292,00

5.2.3. Outro reflexo do recálculo do serviço da Lei nº 9.496 é quanto ao serviço refinanciado no RRF, gerando acréscimo de **R\$ 7,37** milhões no período de 2023-2030. Assim, o serviço total do contrato art. 9º-A nº 255/2021/CAF passa a ser de **R\$ 6,452** bilhões. De modo que **R\$ 2,437** são de principal e **R\$ 4,015** de juros, de acordo com a Tabela nº 5.1:

**Tabela nº 5.1 - Serviço do Contrato Nº 255/21 (Art. 9º -A da LC 159/17) - em R\$ milhões**

Contrato nº 255/2021 Art. 9º-A LC 159/2017	Rubrica	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
	Principal	148,99	195,29	239,61	283,45	327,88	371,97	414,06	455,86	2.437,10
	Juros	310,01	386,69	449,30	501,96	546,98	583,52	609,30	627,71	4.015,48
	Total	459,00	581,97	688,91	785,41	874,86	955,49	1.023,35	1.083,58	6.452,57

5.3. A **segunda medida de ajuste** para o "CENÁRIO II" trata da contratação de uma nova operação de crédito externa junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, linha de financiamento *PROFISCO III*, ao valor de USD 111,03 milhões e contrapartida do Estado de Goiás de USD 11,11 milhões, com valor a ser desembolsado/liberado de US\$ 99,895 milhões, no prazo total de 25 anos, sendo 3 anos de carência, 22 anos de amortizações com prestações semestrais. Nestas condições, após efetuadas todas as liberações, o valor total da operação será de **R\$ 517,79** milhões, para o período de 2024 a 2030; e, o serviço previsto será de **R\$ 237,80** milhões. Destes, **R\$ 83,59** milhões serão de principal e **R\$ 154,20** milhões de juros, conforme exposto na Tabela nº 6.1:

**Tabela nº 6.1 - Serviço da Nova Operação de Crédito - BID PROFISCO III - em R\$ milhões**

BID PROFISCO III (USD 100 milhões): 25 anos, 3 de Carência, 22 de Amortização	Rubrica	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
	Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	11,94	23,88	23,88	23,88	83,59
	Juros	0,00	1,06	9,75	19,99	30,74	32,47	30,86	29,33	154,20
	Total	0,00	1,06	9,75	19,99	42,68	56,35	54,74	53,22	237,80

5.4. A **terceira medida de ajuste** neste "CENÁRIO II" contempla a contratação de mais uma operação de crédito externa, desta vez, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no montante de USD 302,00 milhões, contando com contrapartida do Estado de Goiás de USD 152 milhões e valor equivalente de USD 152 milhões a ser desembolsado pela instituição credora, no prazo total de 27 anos, dos quais 3 são de carência e 24 de amortizações com prestações semestrais. Assim, após a realização de todas as liberações programadas, a quota parte do montante contratado será de R\$ 791,92 milhões; e, o serviço estimado para o período de 2023 a 2030 serão de R\$ 354,13 milhões, dos quais, R\$ 116,41 serão de principal e R\$ 237,72 milhões de juros, de acordo com a Tabela 6.2:

**Tabela nº 6.2 - Serviço da Nova Operação de Crédito - BIRD Programa GO Movimento Reconstrução - em R\$ milhões**

BIRD Programa Goiás em Movimento (USD 152 milhões): 27 anos, 3 de Carência, 24 de Amortização	Rubrica	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
	Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	16,63	33,26	33,26	33,26	116,41
	Juros	0,00	0,00	12,66	31,02	48,01	50,95	48,63	46,45	237,72
	Total	0,00	0,00	12,66	31,02	64,64	84,21	81,89	79,71	354,13

5.5. Com a contratação da nova operação de crédito, o serviço total estimado para os contratos não inseridos no Regime será de **R\$ 3,214** bilhões, dos quais, **R\$ 1,671** bilhão é de principal e **R\$ 1,542** bilhão é de juros, conforme expressa a Tabela nº 7.1 deste CENÁRIO II.

**Tabela nº 7.1 - Serviço dos Contratos não inseridos no RRF - em R\$ milhões**

Contratos fora do RRF: CEF SAN. P/TODOS; CEF RODOVIDA; BID PROFISCO; BIRD 93800; BID PROFISCO III	Rubrica	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
	Principal	57,78	58,00	231,82	233,08	263,90	292,72	292,99	241,70	1.671,99
	Juros	195,34	191,51	191,62	203,26	214,90	202,55	180,73	162,86	1.542,78
	Total	253,13	249,51	423,44	436,34	478,80	495,27	473,72	404,56	3.214,77

5.6. Portanto, considerados:

- (i) a atualização dos indicadores da carteira dos contratos da Dívida Pública do Estado de Goiás (Tabela nº 1);
- (ii) os percentuais (Tabela nº 2) que definem o serviço a ressarcir à União durante o RRF (Tabela nº 4);
- (iii) a implementação da nova medida de ajuste (serviço do contrato da Lei 9.496/1997 acrescido do recálculo referente ao art. 4º-A, inciso Ia da LC 156/2016);
- (iv) os percentuais de refinanciamento do serviço dos contrato inseridos no RRF (Tabela nº 3) com o novo serviço do

contrato do artigo 9º-A nº 255/2021/CAF (Tabela nº 5);

(v) a contratação das novas operações de crédito externas de **USD 99,895 milhões** com o BID e de USD 152,00 milhões com o BIRD e sua respectivas estimativas de serviço, conforme Tabela nº 6.1 e Tabela 6.2;

(vi) os novos valores relativos ao serviço dos contratos fora do RRF (Tabela nº 7.1);

O CENÁRIO II PRF apresentará serviço total da dívida de **R\$ 15,959 bilhões**, para o período de 2023-2030, sendo **R\$ 8,102 bilhões** de principal e **R\$ 7,857 bilhões** de juros, conformidade apresentado na Tabela nº 8:

Tabela nº 8 - Cenário II PRF Com as Novas Medidas de Ajuste - Serviço Total Previsto em R\$ milhões										
Cenário linha de base do Serviço da Dívida Durante o RRF em Milhões de R\$	Rubrica	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
	Principal	318,49	453,52	770,15	934,23	1.180,12	1.318,24	1.472,33	1.654,99	8.102,06
	Juros	581,13	761,14	919,35	1.057,99	1.140,75	1.151,05	1.134,64	1.111,24	7.857,28
	Total	899,62	1.214,65	1.689,51	1.992,22	2.320,87	2.469,28	2.606,96	2.766,23	15.959,34

5.7. Comparado o **CENÁRIO II COM AS NOVAS MEDIDAS DE AJUSTE** - Tabela nº 8 com o **CENÁRIO I LINHA DE BASE** - Tabela nº 7, para o período de vigência 2023-2030, o impacto gerado no serviço da dívida está estimado em **R\$ 671,20 milhões**, conforme a Tabela nº 9, a seguir. Destes, **R\$ 216,65 milhões** correspondem a Principal e **R\$ 454,55 milhões** a serviço com juros e encargos da dívida.

Tabela nº 9 - Cenário PRF (Impacto) das Novas Medidas de Ajuste x Cenário PRF Linha de Base - em R\$ milhões										
Cenário PRF (Impacto) com Novas Medidas de Ajuste x Cenário PRF Linha de Base - em R\$ milhões	Rubrica	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
	Principal	0,00	0,09	0,23	0,30	28,89	59,70	62,31	65,14	216,65
	Juros	0,00	4,75	28,46	59,43	89,62	94,59	90,70	87,01	454,55
	Total	0,00	4,84	28,69	59,73	118,51	154,29	153,01	152,15	671,20

## 6. CENÁRIO III PRF: CENÁRIO DE EQUILÍBRIO PARA APURAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO - INCISO I, ART. 25, DECRETO 10.681/2021

Para atender ao DESPACHO Nº 461/2023/ECONOMIA/AEMFPF-20177 (53272599), que de modo complementar, solicita as projeções para o serviço da dívida pública destacando as parcelas de juros, encargos e de amortização, considerando o cenário de equilíbrio para fins de apuração do resultado primário, definido pelo inciso I, artigo 25 do Decreto nº 10.681/2021, apresenta-se a seguir a Tabela nº 10, cujo serviço total soma **R\$ 22,597 bilhões**, dos quais **R\$ 12,111 bilhões** são de Principal e **R\$ 10,485 bilhões** com juros e encargos:

Tabela nº 10 - Cenário III - Cenário de Equilíbrio Com as Medidas de Ajuste - em R\$ milhões										
Cenário de Equilíbrio conforme Inciso I, Art. 25 do Decreto 10.681/2021 - em Milhões de R\$	Rubrica	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
	Principal	1.136,98	1.218,13	1.460,90	1.540,22	1.688,40	1.658,29	1.665,64	1.742,98	12.111,55
	Juros	1.261,78	1.334,06	1.375,90	1.406,77	1.393,02	1.320,40	1.237,08	1.156,72	10.485,74
	Total	2.398,76	2.552,19	2.836,80	2.946,99	3.081,42	2.978,69	2.902,72	2.899,70	22.597,29

## 7. RECEITAS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Com relação às receitas estimadas com alienação de ativos, foi sancionada pelo governador a Lei n.º 22.286, de 26 de setembro de 2023, que autoriza o executivo estadual a promover medidas de desestatização da Companhia de Participações, CelgPar:

*Art. 1º Fica o Poder Executivo do Estado de Goiás autorizado a alienar ou a transferir, total ou parcialmente, a sociedade, os seus ativos, a participação societária, direta ou indireta, inclusive o controle acionário, a transformar, fundir, cindir, incorporar, extinguir, dissolver ou desativar, parcial ou totalmente, seus empreendimentos e subsidiárias, a alienar ou transferir os direitos que lhe assegurem, diretamente ou por controladas, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade, além de alienar ou transferir as participações minoritárias diretas e indiretas no capital social da Companhia Celg de Participações – CELGPAR, bem como poderá reduzir o capital social dessa companhia.*

*Art. 2º Os recursos financeiros resultantes das operações autorizadas no art. 1º desta Lei atenderão à finalidade de que trata o inciso I do § 1º do art. 2º da Lei Complementar federal nº 159, de 19 de maio de 2017.*

Segundo estimativa contábil da empresa o valor mínimo seria de **R\$ 450 milhões** e este valor poderá ingressar aos cofres públicas em 2024. O valor arrecadado com a venda será destinado para reduzir o déficit previdenciário do Estado em consonância com o inciso I do § 1º da Lei Complementar n.º 159/2017.

## 8. RECEITA COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Estado de Goiás enviou Carta Consulta à SEAID - Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento do Ministério do Planejamento e Orçamento para realização de uma operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID no valor de USD 111,029 milhões (cento e onze milhões e vinte e nove mil dólares americanos), com contrapartida financeira estadual de USD 11,11 milhões (onze milhões e cem e dez mil dólares americanos) e valor efetivo a contratar para liberação e desembolso de recursos de **USD 99,895 milhões** (noventa e nove milhões e oitocentos e noventa e cinco mil dólares americanos). Em 19 de outubro de 2023 houve a reunião para apresentação do projeto pela equipe de Goiás ao GTEC - Grupo Técnico da SEAID.

Os desembolsos do banco serão realizados em seis liberações semestrais entre outubro de 2024 e abril de 2027 no valor de **USD 16,649 milhões** (dezesesseis milhões e seiscentos e quarenta e nove mil dólares), durante o período de carência de três (03) anos permitido para entes em Regime de Recuperação Fiscal, conforme inciso II, parágrafo 1º do art. 19 do Decreto 10.681/2021. A *Tabela n.º 11 - Cronograma Previsto de Liberações* apresenta os valores em dólares americanos, as correspondentes taxas de câmbio, assim como os valores nominais estimados em reais:

**Tabela n.º 11 - Cronograma Previsto de Liberações**

BID PROFISCO III - Cronograma Previsto de Liberações USD = 99,985 milhões			
Data Prevista	Liberações USD	Tx. Câmbio	Liberações R\$
01/10/2024	16.649.166,67	5,10	84.910.750,00
01/04/2025	16.649.166,67	5,17	86.076.191,67
01/10/2025	16.649.166,67	5,17	86.076.191,67
01/04/2026	16.649.166,67	5,20	86.575.666,67
01/10/2026	16.649.166,67	5,20	86.575.666,67
01/04/2027	16.649.166,67	5,26	87.574.616,67
<b>Total</b>	<b>99.895.000,00</b>		<b>517.789.083,33</b>

Posteriormente, o Estado de Goiás encaminhou nova Carta Consulta à SEAID objetivando à contratação de uma nova operação de crédito externa junto ao *Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD* para execução do "Programa Goiás em Movimento Reconstrução". O projeto de utilização de recursos para essa operação alcança o montante de USD 302 milhões, de modo que **50%** será como contrapartida do Estado e o restante, USD 152 milhões serão captados com a mencionada instituição multilateral.

As liberações do BIRD serão realizadas em seis semestres, previstas para dezembro de 2024 a junho de 2027, no valor de USD 25,333 milhões (vinte e cinco milhões e trezentos e trinta e três mil dólares norte-americanos), durante o período de carência de três (03) anos permitido para entes em Regime de Recuperação Fiscal. O valor total a ser desembolsado será de **R\$ 787,866** (setecentos e oitenta e sete milhões e oitocentos e sessenta e seis mil reais). A *Tabela n.º 12 - Cronograma Previsto de Liberações* apresenta os valores em dólares americanos, as correspondentes taxas de câmbio, assim como os valores nominais estimados em reais:

**Tabela nº 12 - Cronograma Previsto de Liberações**

BIRD - PROGRAMA GOIÁS EM MOVIMENTO - RECONSTRUÇÃO			
Data	Liberações em USD	Tx. Câmbio	Liberações em R\$
dez/2024	25.333.333	5,1	129.200.000
jun/2025	25.333.333	5,17	130.973.333
dez/2025	25.333.333	5,17	130.973.333
jun/2026	25.333.333	5,2	131.733.333
dez/2026	25.333.333	5,2	131.733.333
jun/2027	25.333.333	5,26	133.253.333
<b>Total</b>	<b>152.000.000</b>		<b>787.866.667</b>

## 9. PRECATÓRIOS

O Estado de Goiás é optante do "Regime Especial de Pagamento de Precatórios" desde 2010, conforme disposto no art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 62/2009. Desse modo, o Estado tem efetuado repasses antecipados em conta especial destinada à quitação deste passivo, administrada pelo Tribunal de Justiça, no percentual mínimo de **1,5% sobre a Receita Corrente Líquida**. O *Quadro nº 03 - Regime Especial - Art 97 ADCT/CF 88* apresenta resumidamente os parâmetros deste Regime Especial a que o Estado se encontra submetido.

Quadro nº 03 - Regime Especial - Art. 97 ADCT/CF 88			
REGIÕES	RCL	ESTADOS	MUNICÍPIOS
Norte, Nordeste, Centro-Oeste e demais entes	Dívida <= 35%	Depósitos mensais de no mínimo 1,5% da RCL	Depósitos mensais de no mínimo 1% da RCL
Norte, Sul e Sudeste	Dívida > 35%	Depósitos mensais de no mínimo 2% da RCL	Depósitos mensais de no mínimo 1,5% da RCL

Relativamente à previsão de quitação do passivo com precatórios de forma a permitir que o ente migre do regime Especial para o Geral, quando da adesão ao RRF em 2021, o Estado de Goiás estimou que a quitação total do saldo devedor de precatórios se daria em 2026 e, com isso, poderia migrar do Regime Especial para o Regime Geral. Contudo, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 113, de 08 de dezembro/2021, associada à escalada da taxa SELIC e seus impactos no saldo devedor de precatórios, é

provável que essa meta não seja atingida. Isso porque o artigo 3º da referida E.C. instituiu a taxa SELIC como índice de atualização monetária do saldo devedor de Precatório dificultando a sua quitação, uma vez que o percentual de crescimento da Receita Corrente Líquida não acompanha a referida taxa. De acordo com a Tabela nº 13, estima-se que seja possível quitar o saldo devedor de precatórios em meados de 2027, mas com percentual de repasses de 1,82% da RCL, um pouco superior ao mínimo definido. Nestas condições, o total do serviço com precatórios, 2023/2027 será de **R\$ 3,784 bilhões**, perante uma estimativa de novas inscrições da ordem de **R\$ 2,221 bilhões**.

**Tabela nº 13**

Ano	Estoque em 31/12	Estoque em 31/12 (C/ deduções saldo bancário)	Pagamento no Ano (Valor Alocado)	Precatórios incorporados no ano
2023 *	1.052.548.258,48	849.553.071,48	558.539.292,13	175.849.701,88
2024	1.026.682.525,27	991.364.879,70	743.165.567,20	725.199.918,78
2025	781.198.331,55	711.248.046,50	773.915.483,97	410.000.000,00
2026	493.740.823,39	401.911.371,94	808.815.591,07	440.000.000,00
2027	161.321.305,91	-	899.937.633,01	470.000.000,00
2028	-	-	-	-
2029	-	-	-	-
2030	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	<b>3.784.373.567,37</b>	<b>2.221.049.620,66</b>

**Notas:**

1. Estoque em 31/12, sem deduções saldo bancário (B);
2. Estoque em 31/12, com dedução saldo bancário (C).
3. \*Passivo em 31/10/2023, R\$ 1.017.388.563,37;
4. Percentuais da RCL repassados no regime especial: 2023 (1,5%), 2024/2027 (1,82%).
5. Quitação dos precatórios em Regime Especial prevista para novembro de 2027.

Tendo apresentado os principais elementos e parâmetros a serem considerados para a estimativa do serviço da dívida pública estadual, assim como para a previsão de receitas extraordinárias com alienação de ativos, submetemos a presente Nota Técnica para apreciação superior.

Atenciosamente,

Nelson Gonçalves de Sena  
Técnico em Gestão Pública

Flávio Henrique de Sarmiento Seixas  
Gerente da Dívida Pública e Receita Extratributária

GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA E RECEITA EXTRATRIBUTÁRIA, em GOIANIA - GO, aos 31 dias do mês de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **NELSON GONCALVES DE SENA, Técnico em Gestão Pública**, em 27/11/2023, às 11:04, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO HENRIQUE DE SARMENTO SEIXAS, Gerente**, em 27/11/2023, às 11:40, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **54069015** e o código CRC **5FFEAEA5**.

GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA E RECEITA EXTRATRIBUTÁRIA  
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO 2233, - Bairro SETOR NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 74653-900 - .



Referência: Processo nº 202300004078040



SEI 54069015